

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1039

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL (1985-2003) E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Rogério Nagamine Costanzi

Brasília, setembro de 2004

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1039

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL (1985-2003) E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Rogério Nagamine Costanzi*

Brasília, setembro de 2004

* Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. O autor agradece a colaboração da Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho do Departamento de Emprego e Salário – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego. Agradece ainda a Renata Meira Alves pelo apoio recebido na elaboração deste trabalho.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão**

Ministro – Guido Mantega
Secretário-Executivo – Nelson Machado

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais
Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças
Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento
Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos
Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais
Mario Sergio Salerno

Diretor de Estudos Macroeconômicos
Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete
Persio Marco Antonio Davison

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Assessor-Chefe de Comunicação
Murilo Lôbo

Secretário-Executivo do Comitê Editorial
Marco Aurélio Dias Pires

ISSN 1415-4765

JEL J 21

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO 7

2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL (1985-2003) 7

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS 25

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 32

SINOPSE

O presente trabalho analisa a evolução do emprego formal no Brasil no período de 1985 a 2003 a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged). São estudados o ritmo de crescimento do emprego formal e a sua relação com o crescimento econômico, assim como as alterações na estrutura do emprego formal no tocante à sua composição por tipos de contratos de trabalho; distribuição espacial, setorial; e por porte de estabelecimento – analisando, sempre que possível, as causas subjacentes às transformações. Por fim, a partir da análise realizada, são feitas considerações sobre as implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas (1985-2003), a economia brasileira passou por importantes transformações, assim como houve diminuição do ritmo de crescimento econômico relativamente ao período de 1930 a 1980. Ocorreram ainda o processo de abertura comercial, a alteração do papel do Estado na economia e outras mudanças que acabaram por influenciar o mercado de trabalho brasileiro e, conseqüentemente, a evolução e a estrutura do emprego no Brasil.

Em contrapartida, a tendência de incremento da taxa de desemprego, que vem prevalecendo desde meados da década de 1990, reforça o interesse dos *policy makers* sobre questões relacionadas ao emprego no Brasil. Nessa conjuntura, descrever e, se possível, entender a causalidade subjacente à descrição dos fatos tornaram-se relevantes para a formulação das políticas públicas de geração de emprego e renda.

Com o objetivo de descrever a evolução do emprego no Brasil nos últimos vinte anos e, sempre que viável, analisar as causas dessas mudanças, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: primeiramente serão analisadas a evolução da ocupação no Brasil nos últimos vinte anos, assim como as transformações na distribuição do emprego entre diferentes contratos de trabalho entre setores e as mudanças na distribuição espacial do emprego. Serão analisadas, em alguns casos, as possíveis causas dos respectivos processos. Em seguida, serão feitas as considerações finais, com destaque às implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda.

2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL (1985-2003)

O emprego formal, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que engloba trabalhadores, entre outros, com carteira de trabalho assinada por prazo indeterminado ou celetistas, estatutários, trabalhadores avulsos e por prazo determinado, sempre mostrou tendência praticamente constante de crescimento no período que vai de 1985 a 2002 – durante o qual o emprego formal no Brasil cresceu à taxa média anual de 2% a.a., conforme se pode ver na tabela 1. O estoque de emprego formal eleva-se de 20,5 milhões em 1985 para 28,7 milhões em 2002, representando crescimento da ordem de 40%. Nota-se, também, que ao longo de todo o período em questão, houve criação de postos de trabalho formais em todos os anos, exceto no triênio 1990-1992, reflexo da recessão pela qual passava o país naquele período e, possivelmente, do processo de reestruturação da economia brasileira em meio a importantes mudanças, como a abertura comercial e a alteração do papel do Estado na economia.

O gráfico 1 mostra a correlação entre o comportamento do emprego formal e a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) e, portanto, indica que o crescimento econômico tem papel explicativo relevante no comportamento da ocupação formal. No período de 1985 a 2002, o PIB real cresceu a taxa de 2,3% a.a. relativamente aos 2% a.a. da ocupação formal, o que implica uma relação crescimento do emprego formal/crescimento do PIB real de 0,87, ou seja: para cada incremento de 1% do PIB real, o estoque de postos de trabalho formais cresceu 0,87%.

TABELA 1

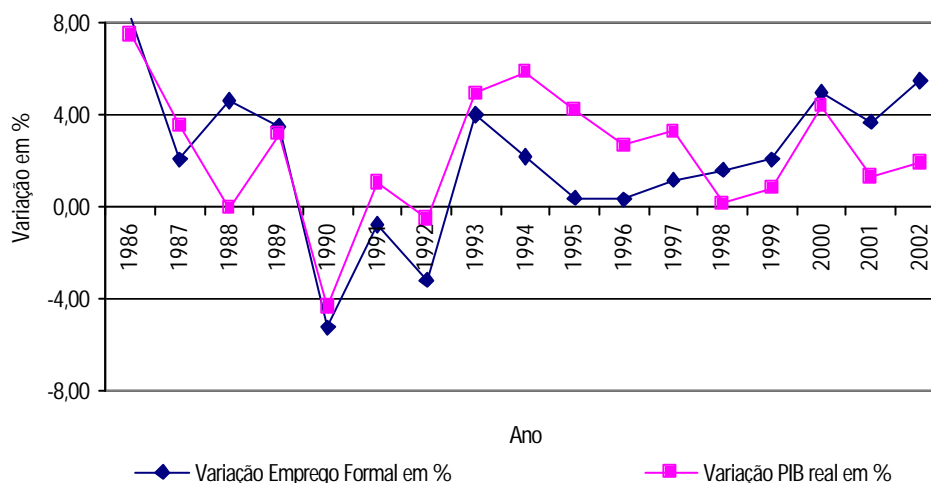
Estoque de empregos formais – Brasil, 1985-2002

Ano	Estoque emprego fomal	Taxa de variação anual em %	1985=100	Taxa de variação média anual em %
1985	20.492.131	–	100,00	0,0
1986	22.164.306	8,16	108,16	8,2
1987	22.617.787	2,05	110,37	5,1
1988	23.661.579	4,61	115,46	4,9
1989	24.486.568	3,49	119,49	4,6
1990	23.198.656	-5,26	113,21	2,5
1991	23.010.793	-0,81	112,29	2,0
1992	22.272.843	-3,21	108,69	1,2
1993	23.165.027	4,01	113,04	1,5
1994	23.667.241	2,17	115,49	1,6
1995	23.755.736	0,37	115,93	1,5
1996	23.830.312	0,31	116,29	1,4
1997	24.104.428	1,15	117,63	1,4
1998	24.491.635	1,61	119,52	1,4
1999	24.993.265	2,05	121,96	1,4
2000	26.228.629	4,94	127,99	1,7
2001	27.189.614	3,66	132,68	1,8
2002	28.683.913	5,50	139,97	2,0

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

GRÁFICO 1

Variação do PIB real e do emprego formal – Brasil, 1986-2002

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PIB) e Rais (emprego formal), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO (RAIS 1985-2002)

A desagregação do estoque de emprego formal por tipo de contrato de trabalho mostra aspectos interessantes do comportamento do mercado de trabalho brasileiro. Enquanto o emprego formal como um todo apresentou incremento médio anual da ordem de 2% a.a. no período de 1985 a 2002, os trabalhadores celetistas, ou seja, aqueles com carteira de trabalho assinada com prazo indeterminado, tiveram aumen-

to médio anual de 1,36% no mesmo período, indicando crescimento menor que outros tipos de contrato de trabalho. O contrato de trabalho formal que apresentou a maior mudança foi o de trabalhador temporário, com crescimento da ordem de 9% a.a. Contudo, tal resultado deve-se, em parte, à baixa base de comparação. Outro tipo de emprego formal que mostrou incremento maior que a média foi o de estatutários, que apresentou crescimento médio anual de 6,41% no período em análise. O estoque de trabalhadores avulsos (2,84%) também mostrou incremento superior à média global (2%) no mesmo período.

Todavia, do ponto de vista absoluto, o crescimento dos celetistas foi expressivo e explica mais da metade da variação absoluta (51,02%) do emprego formal. De 8,2 milhões de empregos formais criados no período de 1985 a 2002, 4,5 milhões foram de celetistas. Também destaca-se a criação de postos de trabalhos estatutários, que respondeu por quase metade (46,89%) dos empregos formais gerados no período de 1985 a 2002. O estoque de estatutários cresceu de 2,2 milhões em 1985 para 6,4 milhões em 2002, representando variação absoluta de + 4,1 milhões. Portanto, os dados deixam claro que o setor público teve papel importante na geração de postos de trabalho formais no período de 1985 a 2002, e que, sem este, o desempenho do emprego formal teria sido muito pior. Como consequência do descrito anteriormente, a participação dos trabalhadores celetistas no total do estoque de emprego formal caiu de 85,1% em 1985 para 76,54% em 2002. No mesmo período, a participação dos estatutários no emprego formal total cresceu de 10,8% em 1985 para 22,18% em 2002. Portanto, *grasso modo*, os estatutários respondiam por 1 em cada 10 empregos formais em 1985 e, em 2002, passaram a responder por 2 em cada 10 postos de trabalho formais.

TABELA 2

Emprego formal por contrato de trabalho – Brasil, 1985-2002

Ano	Celetista	Estatutário	Trabalhador avulso	Trabalhador temporário	Total
1985	17.438.786	2.213.460	70.859	42.013	20.492.131
2002	21.953.360	6.362.499	114.092	183.737	28.683.913
Var. 2002-1985 em %	25,89	187,45	61,01	337,33	39,98
Var. média anual 2002-1985 em %	1,36	6,41	2,84	9,07	2,00
Variação absoluta 2002-1985*	4.514.574	4.149.039	43.233	141.724	8.848.570
Participação na variação absoluta total	51,02%	46,89%	0,49%	1,60%	100,00
Participação no total em 1985	85,10	10,80	0,35	0,21	100,00
Participação no total em 2002	76,54	22,18	0,40	0,64	100,00

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

Obs.:* A tabela não mostra os valores para as categorias Outros e Ignorado, cuja variação não foi considerada.

2.2 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR REGIÃO (RAIS 1985-2002)

Do ponto de vista da distribuição espacial também notaram-se importantes alterações no emprego formal no Brasil. Foi observada ligeira desconcentração espacial do emprego formal na região mais desenvolvida, a Sudeste, com aumento da importância relativa das regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Norte e Nordeste).

Entre 1985 e 2002, as regiões menos desenvolvidas foram aquelas que apresentaram a maior taxa de crescimento médio anual do emprego formal: Centro-Oeste (4,04%), Norte (3,80%) e Nordeste (2,61%). A única região que apresentou taxa de crescimento

inferior à média nacional (2%) foi a Sudeste (1,58%). A região Sul apresentou crescimento ligeiramente superior à média nacional (2,29%).

Como consequência desse processo de desconcentração espacial do emprego formal, a participação da região Sudeste no emprego formal total caiu de 56,52% em 1985 para 52,74% em 2002. No mesmo período, o Centro-Oeste aumentou sua participação de 5,79% em 1985 para 8,10% em 2002; a região Norte, de 3,35% para 4,52%; e a Nordeste, de 15,30% para 16,94%.

No entanto, do ponto de vista absoluto, a região Sudeste respondeu por cerca de 4 em cada 10 empregos formais gerados no período, contabilizada a geração de 3,5 milhões de empregos formais dos 8,2 milhões criados no Brasil.

Nota-se, ainda, correlação entre a taxa de crescimento econômico real das regiões e os respectivos incrementos do emprego formal. As regiões Norte e Centro-Oeste, que apresentaram a maior taxa de crescimento real, no período de 1985 a 2001, foram aquelas que também tiveram o maior incremento do emprego formal no período de 1985 a 2002, enquanto o Sudeste apresentou o menor crescimento tanto do produto real quanto da ocupação formal em ambos os períodos. A região Sul, embora tenha tido incremento do produto real superior ao da região Nordeste, obteve menor crescimento do emprego formal comparativamente ao Nordeste. Tal fato explica-se porque a região Nordeste obteve maiores taxas de crescimento que o Sul em setores como comércio, serviços e construção civil, enquanto esta apresentou maiores incrementos do produto real que aquela para o setor industrial.

TABELA 3

Distribuição espacial do emprego formal – Brasil, Rais 1985-2002

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
1985	687.283	3.134.418	11.582.142	3.454.796	1.186.117	20.492.131
2002	1.296.597	4.859.397	15.128.474	5.075.659	2.323.786	28.683.913
Variação 2002-1985 em %	88,66	55,03	30,62	46,92	95,92	39,98
Variação média anual em % (a)	3,80	2,61	1,58	2,29	4,04	2,00
Variação média anual do PIB real em % 1985-2001 (b)	4,9	2,3	1,9	3,0	3,8	2,4
(a) / (b)	0,78	1,13	0,83	0,76	1,06	0,83
Participação no emprego total em 1985 em %	3,35	15,30	56,52	16,86	5,79	100,00
Participação no emprego total em 2002 em %	4,52	16,94	52,74	17,70	8,10	100,00
Variação absoluta	609.314	1.724.979	3.546.332	1.620.863	1.137.669	8.191.782
Participação na variação absoluta total em %	7,44	21,06	43,29	19,79	13,89	100,00

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002, e IBGE/Contas Regionais (IBGE, 2004).

Elaboração do autor.

2.3 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR REGIÃO (CAGED 1992-2003)

Os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) também confirmam o processo de desconcentração do emprego formal no Brasil. No período de 1992 a 2003, as regiões que tiveram maior incremento do emprego com carteira de trabalho assinada foram as regiões menos desenvolvidas, ou seja: Norte (+ 1,36% a.a.) e Centro-Oeste (+ 1,13% a.a.). A região Nordeste (+ 0,58% a.a.) teve incremento semelhante ao da região Sul (0,60% a.a.), enquanto a Sudeste (0,37% a.a.), a mais desenvolvida, foi a única que apresentou taxa de incremento médio anual inferior à média nacional (0,54%). Como consequência, a região Sudeste teve sua participação no total de trabalhadores com carteira de trabalho assinada reduzida de 56,58% em 1992 para 55,56% em 2003.

Outro aspecto importante mostrado pelos dados do Caged é a ocorrência de desconcentração do emprego formal também nas regiões metropolitanas, que tiveram crescimento de apenas 0,26% a.a. no período de 1992 a 2003 e, conseqüentemente, sua participação no total caiu de 43,2% em 1992 para 41,89% em 2003.

Apesar disso, a região Sudeste, pelo maior estoque inicial de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, foi a que apresentou a maior geração absoluta de empregos formais no período de 1992 a 2003: 513 mil do total de 1,3 milhão criados no Brasil como um todo. *Grosso modo*, de cada 10 postos com carteira de trabalho assinada no Brasil, criados no período de 1992 a 2003, cerca de 4 foram criados no Sudeste. Na região Sul, nas regiões metropolitanas, no Centro-Oeste e no Nordeste foram criados, respectivamente, 282 mil, 269 mil, 222 mil e 209 mil postos de trabalho com carteira de trabalho assinada no período.

TABELA 4

Distribuição espacial do emprego formal – Brasil, Caged 1992-2003

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Regiões metropolitanas
1992	21.806.210	738.135	3.201.689	12.337.755	4.138.393	1.390.238	9.420.195
2003	23.130.150	835.018	3.411.675	12.850.551	4.420.465	1.612.441	9.689.668
Varição 2003/1992 em %	6,07	13,13	6,56	4,16	6,82	15,98	2,86
Varição média anual em %	0,54	1,13	0,58	0,37	0,60	1,36	0,26
Participação no total em 1992 em %	100,00	3,38	14,68	56,58	18,98	6,38	43,20
Participação no total em 2003 em %	100,00	3,61	14,75	55,56	19,11	6,97	41,89
Varição absoluta 2003-1992	1.323.940	96.883	209.987	512.795	282.072	222.204	269.474
Participação na variação absoluta em %	100,00	7,32	15,86	38,73	21,31	16,78	20,35

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 1992 a 2003.

Elaboração do autor.

2.4 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR (RAIS 1985-2002)

Também do ponto de vista setorial notam-se significativas mudanças na distribuição do emprego formal de 1985 a 2002. Claramente, observa-se uma estagnação do emprego formal na indústria (+ 0,2% a.a.), enquanto registra-se incremento significativo dos postos de trabalho formais nos setores da agropecuária¹ (7,49% a.a.), de serviços (2,86% a.a.) e na administração pública² (2,59% a.a.) no mesmo período.

Em razão desse desempenho, a participação da indústria no emprego formal total caiu de 31,83% em 1985 para 23,53% em 2002, ou seja, a *grosso modo*, a indústria, que respondia por cerca de um terço do estoque de empregos formais em 1985, passou a responder por um quarto do estoque em 2002.

Por sua vez, o setor de serviços,³ sem considerar a administração pública, teve um incremento de importância relativa no estoque total de emprego formal de 42,32% em 1985 para 48,84% em 2002, ou seja, em 2002 respondia por quase metade do emprego formal total no Brasil.

1. Agricultura, sicultura, criação de animais etc.

2. Direta e autárquica.

3. Incluindo comércio.

O subgrupo comércios apresentou taxa de crescimento do emprego formal de cerca de 84% (5,9% a.a.), enquanto o subgrupo de serviços registrou incremento de 52% (2,5% a.a.), ambas as taxas relativas ao período de 1985 a 2002. Portanto, depois da agropecuária, o comércio foi o setor de atividade que apresentou a maior taxa de incremento do emprego formal.

A administração pública direta e autárquica também teve incremento da participação no emprego formal total no Brasil no período, de 21,46% para 23,66%.

Do ponto de vista da variação absoluta, destaca-se a criação de 5,3 milhões e 2,4 milhões de postos de trabalho formais, respectivamente, no setor de serviços⁴ e na administração pública. Os dois setores, em conjunto, responderam por 95% do total de empregos formais gerados entre 1985 e 2002. O estoque de emprego formal no setor de serviços (inclusive comércio) cresceu de 8,7 milhões em 1985 para 14 milhões em 2002. Na administração pública, passou de 4,4 milhões em 1985 para 6,8 milhões em 2002.

Do total de 8,2 milhões de empregos formais criados, 7,7 milhões foram gerados no setor de serviços e na administração pública. Dos 5,3 milhões de empregos criados naquele 2,2 milhões foram criados no comércio e 3,1 milhões no subgrupo serviços. Este último teve seu estoque de postos de trabalho formais aumentado de cerca de 6 milhões para aproximadamente 9,1 milhões; e o subgrupo de comércio, de 2,6 milhões para 4,8 milhões, ambas as alterações para o período de 1985 a 2002.

A agropecuária, embora tenha sido o setor com maior taxa de crescimento do emprego formal no período de 1985 a 2002, em termos absolutos teve contribuição pequena, tendo sido registrada no setor a criação de 800 mil postos de trabalho formais que, no entanto, representam muito em relação à base de comparação.

A indústria, que tinha um estoque de emprego formal de 6,5 milhões de trabalhadores em 1985, gerou apenas 227 mil empregos no período. Nota-se alteração do comportamento da indústria a partir de 1990, tendo em vista que a tendência no período de 1985 a 1989 foi de crescimento.

O pico de emprego formal na indústria foi atingido em 1989, quando chegou a 7,7 milhões de empregos formais. Tal coincidência de *timing* entre a retração do emprego industrial e a abertura comercial indica que o último processo pode ter tido papel relevante para explicar a queda do emprego formal na indústria – na qual, entre 1985 e 1989, foi gerado 1,2 milhão de empregos formais, e no período de 1989 a 2002 foram eliminados 944 mil postos de trabalho formais.

Contudo, no setor secundário, a construção civil passou de um estoque de emprego formal de 860 mil vagas em 1985 para 1,1 milhão em 2002, ou seja, crescimento de 29% (1,5% a.a.), com geração de 247 mil postos de trabalho. No período, a indústria extrativa mineral e a de transformação registraram eliminação de, respectivamente, 33 mil e 4 mil postos de trabalho formais, enquanto foi registrada a geração de 17 mil empregos formais nos serviços industriais de utilidade pública. Na indústria extrativa mineral, o estoque de postos de trabalho formais reduziu-se de 156 mil em 1985 para 123 mil em 2002. Na indústria de transformação, houve estagnação, tendo

4. Inclusive comércio.

em vista que a queda do emprego formal foi de apenas -0,001% no país, pois o volume de trabalhadores formais caiu de 5,214 milhões em 1985 para 5,210 milhões em 2002. Também pode-se notar que o crescimento do emprego formal esteve diretamente relacionado ao incremento do produto real do setor. Aqueles setores que tiveram a maior (menor) taxa de crescimento real foram aqueles que obtiveram o maior (menor) incremento do emprego formal. A relação taxa de crescimento do emprego formal/taxa de crescimento do PIB real, no período de 1985 a 2002, foi de 0,1 para a indústria, 1,06 para o setor de serviços e 2,27 para a agropecuária. O alto índice da agropecuária reflete, pelo menos em parte, o baixo estoque inicial de emprego formal, que limita a capacidade de geração de empregos em massa do setor.

TABELA 5

Estoque de emprego formal desagregado por setor de atividade econômica, 1985-2002

Ano	Indústria	Serviços	Agropecuária	Administração pública	Total
1985	6.521.917	8.671.256	333.542	4.397.142	20.492.131
2002	6.749.291	14.009.085	1.138.235	6.787.302	28.683.913
Variação 2002-1985 em %	3,49	61,56	241,26	54,36	39,98
Variação média anual em %	0,20	2,86	7,49	2,59	2,00
Variação do PIB real médio anual 2002-1985 em %*	2,0	2,7	3,3	--	2,3
Variação absoluta 2002-1985	227.374	5.337.829	804.693	2.390.160	8.191.782
Participação na variação absoluta total em %	2,78	65,16	9,82	29,18	100,00
Participação no emprego total em 1985 em %	31,83	42,32	1,63	21,46	100,00
Participação no emprego total em 2002 em %	23,53	48,84	3,97	23,66	100,00

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

Obs.: * Dados do IBGE extraídos do Ipeadata <<http://ipeadata.gov.br>>.

2.5 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR PORTE DE ESTABELECIMENTOS (RAIS 1985-2002)

Outro importante aspecto sobre a evolução do emprego formal diz respeito ao desempenho por porte de estabelecimento. Conforme revela a tabela 6, claramente o emprego formal cresceu em ritmo muito mais acelerado nos estabelecimentos de pequeno porte *vis-à-vis* aos de grande porte. Na realidade, pode-se notar até uma correlação negativa entre porte de estabelecimento e crescimento do emprego formal no período de 1985 a 2002, ou seja, quanto maior (menor) o porte do estabelecimento, menor (maior) foi o incremento dos postos de trabalho formais no referido período. A tabela evidencia ainda que o estoque de emprego nos estabelecimentos com até 4 empregados cresceu 135,5% (5,2% a.a.) no período de 1985 a 2002, taxa que vai caindo até atingir 15,7% (0,9% a.a.) para os estabelecimentos com mil ou mais empregados. Na realidade, o estoque de emprego nos estabelecimentos até 49 empregados apresentou crescimento superior à média (2,0% a.a.), enquanto o estoque de postos de trabalho formais registrou incremento inferior à média.

Como conseqüência desse desempenho, os estabelecimentos com até 99 empregados passaram a responder de 36% do estoque de emprego formal em 1985 para 46% em 2002, ou seja, passaram de um terço para quase metade. No mesmo período, os estabelecimentos com 100 ou mais empregados, que respondiam por cerca de dois terços (63,9%) do estoque de emprego formal, passaram a responder por um pouco mais da metade (53,7%).

Cabe destacar que a desagregação foi feita por estabelecimento e não por empresa e, dessa forma, o resultado pode ser afetado por grandes empresas trabalhando com maior número de estabelecimentos de pequeno porte. Contudo, esse efeito não deve ser expressivo e, portanto, pode-se afirmar com bom grau de confiabilidade que as micro e pequenas empresas tiveram crescimento do estoque de emprego formal em ritmo muito superior ao apresentando pelas médias e grandes empresas. O crescimento do emprego para determinado porte de estabelecimento pode decorrer tanto do incremento dos estabelecimentos já existentes quanto do surgimento de novas empresas ou estabelecimentos. Aparentemente, o maior incremento do estoque de emprego formal das micro e pequenas empresas em relação às grandes está ligado ao crescimento do volume de firmas do primeiro porte, enquanto os estabelecimentos de maior porte permaneceram em volume relativamente estável.

Um dos fatores que provavelmente ajuda a explicar tal fato é o intenso processo de terceirização que ocorreu ao longo da década de 1990 nas grandes empresas. A reestruturação ou a modernização produtiva dessas empresas, que incluíam alterações nos processos gerenciais e organizacionais, também deve ter tido influência nesse resultado. Na realidade, a terceirização está incluída no processo de modernização da estrutura produtiva e gerencial.

TABELA 6

Estoque de emprego formal desagregado por porte de estabelecimento, 1985-2002

Porte do estabelecimento (nº de empregados)	Estoque de emprego formal em 2002	Estoque de emprego formal em 1985	Variação 1985-2002 em %	Variação média anual 1985-2002 em %	Participação no estoque total de emprego em 2002 em %	Participação no estoque total de emprego em 1985 em %
Até 4	2.688.421	1.141.596	135,5	5,2	9,4	5,6
De 5 a 9	2.407.794	1.084.337	122,1	4,8	8,4	5,3
De 10 a 19	2.615.909	1.301.366	101,0	4,2	9,1	6,4
De 20 a 49	3.246.207	2.083.320	55,8	2,6	11,3	10,2
De 50 a 99	2.311.162	1.786.643	29,4	1,5	8,1	8,7
De 100 a 249	3.118.822	2.605.939	19,7	1,1	10,9	12,7
De 250 a 499	2.624.686	2.183.255	20,2	1,1	9,2	10,7
De 500 a 999	2.464.140	2.078.911	18,5	1,0	8,6	10,1
1.000 ou mais	7.206.772	6.226.764	15,7	0,9	25,1	30,4
Total	28.683.913	20.492.131	40,0	2,0	100,0	100,0

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

2.6 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO E SETOR DE ATIVIDADE (RAIS 1985-2002)

Até este ponto a análise havia se restringido a investigar cada dimensão do emprego formal (tipo de contrato de trabalho, setor e distribuição espacial) de forma isolada. Contudo, a análise torna-se mais interessante quando são observadas mais de uma variável conjuntamente. Quando se consideram, concomitantemente, o tipo de contrato de trabalho e o setor de atividade econômica, obtêm-se observações relevantes, descritas a seguir.

- a) O incremento dos contratos de trabalho temporários no período de 1985 a 2002 ocorreu integralmente no setor de serviços, com destaque para o comér-

cio e a administração de imóveis, valores mobiliários, que responderam por 138 mil dos 142 mil postos de trabalho temporários gerados.

- b) Dos cerca de 4,1 milhões de trabalhadores estatutários incorporados ao estoque de emprego formal entre 1985 e 2002, aproximadamente 4 milhões foram destinados à administração pública direta e autárquica.
- c) O setor de serviços (sem considerar a administração pública), em termos absolutos, foi aquele que mais criou empregos com carteira de trabalho assinada (celetistas) de 1985 a 2002, no total de 5,2 milhões, sendo que no total dos setores a geração foi de 4,5 milhões. Esse forte incremento de celetistas no setor de serviços compensou sua queda expressiva na administração pública, cujo estoque caiu de 1,9 milhão em 1985 para 580 mil em 2002, ou seja, queda de 70%, provavelmente como reflexo do incremento dos estatutários e da profissionalização do serviço público.
- d) De todos os ramos industriais, apenas os setores de madeira e mobiliário (17,49%), papel e papelão (7,15%), química (14,53%), calçados (8,72%), indústria de produtos alimentícios (41,57%) e construção civil (30,94%) tiveram incremento do estoque de celetistas no período em análise, sendo que todos os demais ramos tiveram queda no volume de empregados com carteira de trabalho assinada por prazo indeterminado. O destaque fica por conta da indústria alimentícia, com incremento médio anual de 2,1%, tendo o estoque de celetistas saltado de 778 mil em 1985 para 1,1 milhão em 2002, ou seja, cerca de 323 mil postos de trabalho formais. Com esse aumento, a indústria alimentícia passou a responder por 16,5% do estoque de celetistas e do total de emprego formal do setor industrial, constituindo-se no principal empregador do setor secundário. A construção civil, com volume muito próximo da indústria alimentícia, respondeu, em 2002, por 16,4% do estoque total de celetistas na indústria. Portanto, indústria alimentícia e construção civil respondem em conjunto, de certa forma, em 2002, por um terço do emprego formal no setor industrial.
- e) Os ramos na área de serviços que mais tiveram incremento do estoque de celetistas no período de 1985 a 2002 foram: ensino (385,68%); serviços médicos, odontológicos e veterinários (219,49%); e comércio varejista (94,91%). Cabe destacar este último, cujo estoque de celetistas saltou de 2,1 milhões em 1985 para 4,2 milhões em 2002, representando o segmento com maior volume de emprego no setor de serviços e respondendo por quase um terço do total de estoque de celetistas do setor (29%).

2.7 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR VERSUS REGIÃO (CAGED 1992-2003)

Além dos dados anteriormente apresentados, é importante o cruzamento entre as variáveis de setor de atividade e região geográfica, a partir do qual podem ser destacadas as conclusões resumidas adiante.

- a) Conforme dados do Caged, houve desconcentração espacial do emprego com carteira de trabalho assinada na indústria de transformação, tendo em vista as

expressivas quedas do emprego formal na indústria de transformação do Sudeste (-12,66%) e das regiões metropolitanas (- 19,47%), no período de 1992 a 2003, bem acima da média nacional (- 4,82%), como pode ser visto na tabela 7. Apesar disso, ainda em 2003, a região Sudeste e as regiões metropolitanas respondiam, respectivamente, por 53,37% e 35,27% do emprego com carteira de trabalho assinada na indústria de transformação brasileira, embora essas participações venham mostrando tendência de declínio (tabela 7).

TABELA 7

Estoque de emprego formal na indústria de transformação, desagregado por região, 1992-2003

Região	1992	2003	Variação em %	Participação no emprego total em 1992 em %	Participação no emprego total em 2003 em %
Norte	161.866	180.798	11,70	2,86	3,36
Nordeste	660.029	630.874	-4,42	11,66	11,71
Sudeste	3.292.155	2.875.417	-12,66	58,16	53,37
Sul	1.341.730	1.449.429	8,03	23,70	26,90
Centro-Oeste	204.376	251.007	22,82	3,61	4,66
Regiões Metropolitanas	2.359.366	1.899.969	-19,47	41,68	35,27
Total	5.660.156	5.387.524	-4,82	100,00	100,00

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 1992 a 2003.

Elaboração do autor.

- b) No setor de serviços, sem considerar comércio e administração pública, observou-se crescimento do emprego formal bastante homogêneo entre as regiões no período de 1992 a 2003, incluindo todas as regiões, até mesmo as Regiões Metropolitanas (RMs), crescendo cerca de 15% (1,3% a.a.), com exceção das regiões Centro-Oeste (23,76%) e Sul (13,25%), conforme mostra a tabela 8. Em 2003, a região Sudeste e as Regiões Metropolitanas respondiam, respectivamente, por cerca de 60% e 53% do emprego formal do setor de serviços no Brasil. Como pode ser visto pela tabela 8, a relativa homogeneidade das taxas de crescimento do emprego formal do setor de serviços, entre as diferentes regiões, deixou a participação de cada região no estoque total de serviços praticamente estável entre 1992 e 2003.

TABELA 8

Estoque de emprego formal no setor de serviços, 1992-2003

Região	1992	2003	Variação em %	Participação no emprego total em 1992 em %	Participação no emprego total em 2003 em %
Norte	258.097	297.143	15,13	3,24	3,23
Nordeste	1.135.975	1.315.133	15,77	14,25	14,29
Sudeste	4.750.568	5.463.093	15,00	59,59	59,38
Sul	1.299.745	1.471.941	13,25	16,30	16,00
Centro-Oeste	527.967	653.387	23,76	6,62	7,10
Regiões Metropolitanas	4.210.527	4.861.332	15,46	52,81	52,84
Total	7.972.351	9.200.697	15,41	100,00	100,00

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 1992 a 2003.

Elaboração do autor.

- c) No setor de comércio, todas as regiões tiveram incremento do emprego com carteira de trabalho assinada no período de 1992 a 2003: Sul (15,94%), Regiões Metropolitanas (16,23%), Nordeste (19,80%), Sudeste (22,33%), Centro-Oeste (24,13%) e Norte (24,95%). A região Sudeste e as Regiões Metropolitanas responderam, em 2003, respectivamente, por 54% e 40% do emprego formal no setor do comércio no Brasil, conforme pode ser visto na tabela 9.

TABELA 9

Estoque de emprego formal no setor do comércio, 1992-2003

Região	1992	2003	Variação em %	Participação no emprego total em 1992 em %	Participação no emprego total em 2003 em %
Norte	172.148	215.103	24,95	4,16	4,30
Nordeste	621.010	743.959	19,80	15,02	14,87
Sudeste	2.215.182	2.709.810	22,33	53,56	54,17
Sul	808.881	937.831	15,94	19,56	18,75
Centro-Oeste	318.438	395.287	24,13	7,70	7,90
Regiões Metropolitanas	1.726.022	2.006.202	16,23	41,74	40,11
Total	4.135.659	5.001.989	20,95	100,00	100,00

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 1992 a 2003.

Elaboração do autor.

2.8 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR VERSUS REGIÃO (RAIS 1985-2002)

Foi realizado, também, o cruzamento entre região e setor de atividade econômica com os dados da Rais para o período de 1985 a 2002. Conforme pode ser visto na tabela 10, o comportamento do emprego formal na indústria foi muito diferente entre a região Sudeste, a mais industrializada, e as demais regiões do país. Enquanto o Sudeste experimentou queda de 13,7% (-0,9% a.a.) do estoque de emprego formal na indústria no período, todas as demais regiões tiveram crescimento do volume de postos de trabalho formais, com destaque para as regiões Centro-Oeste (99,5% ou 4,1% a.a.), Sul (34,3% ou 1,8% a.a.) e Norte (30,4% ou 1,6% a.a.).

Do ponto de vista da variação absoluta, a região Sudeste registrou a eliminação de cerca de 570 mil postos de trabalho formais na indústria no período de 1985 a 2002, enquanto as demais regiões, em conjunto, criaram 800 mil empregos formais no setor secundário no mesmo período. Do total de aproximadamente 800 mil postos de trabalho formais criados na indústria pelas demais regiões do país, excluída a Sudeste, destaca-se a região Sul, na qual foram gerados cerca de 414 mil empregos no período. Esta região passou a responder, em 2002, por aproximadamente um quarto do emprego formal na indústria. Portanto, os dados deixam claro que a estagnação do emprego formal na indústria é um fenômeno localizado na região Sudeste, a mais desenvolvida e industrializada do país.

Como consequência, a participação da região Sudeste no total do estoque de emprego formal na indústria caiu de 63,9% em 1985 para 53,3% em 2002 e, portanto, apesar da retração, ainda responde por cerca de metade dos postos de trabalho formais no setor secundário.

Cabe destacar, ainda, que entre os subgrupos dentro da indústria (extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil) apenas foi registrada queda no estoque de emprego formal na extrativa mineral (-21,4%) e na de

transformação (-0,001%), para o país como um todo. Na realidade, na indústria extrativa mineral, a queda aconteceu em todas as regiões, exceto no Nordeste, enquanto na indústria de transformação a queda ocorreu exclusivamente na região Sudeste. O estoque de emprego formal na indústria de transformação, nesta região, caiu de cerca de 3,5 milhões em 1985 para aproximadamente 2,8 milhões em 2002, ou seja, foram eliminados 684 mil postos de trabalho na indústria de transformação no Sudeste. Tal queda representou retração de 20%. Todas as demais regiões tiveram incremento do estoque de postos de trabalho formais na indústria de transformação, de 1,75 milhão em 1985 para 2,4 milhões em 2002. Foram gerados, na indústria de transformação de todas as regiões (exceto o Sudeste), 680 mil empregos formais. Portanto, os dados deixam claro que não apenas o fraco desempenho do emprego formal na indústria é um fenômeno localizado no Sudeste, como também é um processo centralizado na indústria de transformação dessa região. Contudo, o desempenho da indústria como um todo foi inferior ao registrado pelos demais setores da economia.

Na construção civil, houve incremento do emprego formal no período de 1985 a 2002 em todas as regiões do país. Contudo, atualmente o setor não vem passando por uma boa conjuntura em termos de ocupação.

Comparando os dados da Rais para o período de 1985 a 2002 com os dados do Caged para o período de 1992 a 2003, fica reforçado o diagnóstico de que o desempenho do emprego na indústria, de modo geral, piorou ao longo da década de 1990.

TABELA 10

Estoque de emprego formal no setor industrial, 1985-2002

Indústria	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Estoque de emprego formal em 2002	242.995	942.278	3.597.187	1.620.040	346.791	6.749.291
Estoque de emprego formal em 1985	186.298	787.363	4.168.194	1.206.205	173.857	6.521.917
Variação 2002-1985 em %	30,4	19,7	-13,7	34,3	99,5	3,5
Var. média anual	1,6	1,1	-0,9	1,8	4,1	0,2
Part. no total em 2002 em %	3,6	14,0	53,3	24,0	5,1	100,0
Part. no total em 1985 em %	2,9	12,1	63,9	18,5	2,7	100,0
Var. absoluta 2002-1985	56.697	154.915	-571.007	413.835	172.934	227.374
Part. na var. absoluta em %	24,9	68,1	-251,1	182,0	76,1	100,0

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

De forma semelhante aos resultados apresentados pelos dados do Caged para o período de 1992 a 2003, também nos dados da Rais para o período de 1985 a 2002 nota-se crescimento do emprego formal no setor de serviços⁵ para todas as regiões, conforme pode ser visto na tabela 11. As regiões que apresentaram o maior incremento do emprego formal de 1985 a 2002 foram as menos desenvolvidas: Norte (4,3% a.a.), Centro-Oeste (4,1% a.a.) e Nordeste (3,3% a.a.). Apesar disso, as regiões Sul (2,7% a.a.) e Sudeste (2,6% a.a.) também apresentaram bom ritmo de crescimento do emprego formal no setor de serviços. Ademais, tendo em vista o tamanho do estoque inicial, a região Sudeste respondeu por 2,8 milhões dos 5,3 milhões de postos de trabalho formais criados no setor de serviços no Brasil no período, ou seja, mais da metade do total. A região Sudeste respondeu, em 2002, por 57,6% do estoque de emprego formal do setor de serviços no Brasil. Nele, tanto o subgrupo comércio quanto o subgrupo serviços apresentaram incremento do emprego formal em todas as

5. Inclui comércio e serviços.

regiões para o período de 1985 a 2002, sendo que, também em todas elas, o comércio apresentou incremento superior ao dos serviços.

No subgrupo do comércio, do total de 2,2 milhões de postos de trabalho formais gerados no período de 1985 a 2002 no Brasil, cerca de 1,1 milhão foram criados na região Sudeste, a qual respondeu por 54% do estoque total de emprego formal do comércio no país em 2002. De forma semelhante, do total de 3,1 milhões de empregos formais criados no subgrupo de serviços no Brasil no período de 1985 a 2002, cerca de 1,6 milhão, ou seja, mais da metade (54%), foi localizado na região Sudeste. Do estoque total de 9,2 milhão de ocupações formais no Brasil no subgrupo serviços, 5,4 milhões estavam no Sudeste, ou seja, 6 em cada 10 empregos formais no Brasil, no referido subgrupo, estavam no Sudeste em 2002.

TABELA 11

Estoque de emprego formal no setor de serviços,* 1985-2002

Serviços	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Estoque de emprego formal em 2002	498.038	2.043.977	8.064.334	2.372.808	1.029.928	14.009.085
Estoque de emprego formal em 1985	243.070	1.178.671	5.226.904	1.501.463	521.128	8.671.256
Variação 2002-1985 em %	104,9	73,4	54,3	58,0	97,6	61,6
Var. média anual	4,3	3,3	2,6	2,7	4,1	2,9
Part. no total em 2002 em %	3,6	14,6	57,6	16,9	7,4	100,0
Part. no total em 1985 em %	2,8	13,6	60,3	17,3	6,0	100,0
Var. absoluta 2002- 1985	254.968	865.306	2.837.430	871.345	508.800	5.337.829
Part. na var. absoluta em %	4,8	16,2	53,2	16,3	9,5	100,0

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

Obs.: * Inclui Comércio e Serviços.

Na agropecuária, de forma semelhante ao observado no setor de serviços, foi constatado crescimento do emprego formal para todas as regiões do país (tabela 12). As regiões que apresentaram a maior taxa de crescimento do emprego formal no setor agropecuário foram as menos desenvolvidas: Norte (8,8% a.a.), Nordeste (8,1% a.a.) e Centro-Oeste (11,8% a.a.), com destaque para esta última, que foi a que apresentou a maior taxa de incremento e a região que mais impulsionou o *agrobusiness* no país, com destaque para o desenvolvimento da soja na região. Contudo, as regiões Sul (6,9% a.a.) e Sudeste (6,7% a.a.) também tiveram bom desempenho do emprego formal na agropecuária, e a região Sudeste, tendo em vista o tamanho do seu estoque inicial, respondeu por cerca da metade dos postos de trabalho formais criados na agropecuária no período de 1985 a 2002 e aproximadamente metade do estoque total de postos de trabalho formais no setor em 2002.

TABELA 12

Estoque de emprego formal no setor de agropecuária, 1985-2002

Agropecuária	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Estoque de emprego formal em 2002	32.087	195.554	578.110	187.417	145.067	1.138.235
Estoque de emprego formal em 1985	7.621	51.962	191.925	60.227	21.733	333.468
Variação 2002-1985 em %	321,0	276,3	201,2	211,2	567,5	241,3
Var. média anual	8,8	8,1	6,7	6,9	11,8	7,5
Part. no total em 2002 em %	2,8	17,2	50,8	16,5	12,7	100,0
Part. no total em 1985 em %	2,3	15,6	57,6	18,1	6,5	100,0
Var. absoluta 2002- 1985	24.466	143.592	386.185	127.190	123.334	804.767
Part. na var.e absoluta em %	3,0	17,8	48,0	15,8	15,3	100,0

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

Na administração pública, também todas as regiões apresentaram crescimento do emprego formal no período de 1985 a 2002. Novamente, as regiões que apresentaram o maior incremento do emprego formal foram as menos desenvolvidas: Norte (4,6% a.a.) e Centro-Oeste (3,3% a.a.). Contudo, a região Sudeste também apresentou bom desempenho (2,5% a.a.) e, tendo em vista o tamanho do seu estoque inicial, respondeu por cerca de 40% dos postos de trabalho formais gerados na administração pública no período de 1985 a 2002 e, em 2002, respondia por aproximadamente 40% do estoque de emprego formal na administração pública no país. A região Nordeste respondeu por cerca de um quarto do estoque de empregos formais gerados na administração pública no referido período e por aproximadamente um quarto do estoque de postos de trabalho formais na administração pública no Brasil.

Feito o cruzamento entre região e setor de atividade econômica, ainda restam os cruzamentos entre porte de estabelecimento *versus* setor de atividade econômica, porte de estabelecimento *versus* região e, por fim, porte de estabelecimento *versus* setor de atividade econômica *versus* região.

2.9 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR VERSUS PORTE (RAIS 1985-2002)

No tocante à desagregação do setor industrial por porte de estabelecimento, pode-se perceber correlação negativa entre o tamanho do estabelecimento e o desempenho do emprego formal no período de 1985 a 2002. Claramente, quanto maior (menor) o estabelecimento industrial, pior (melhor) foi o desempenho do emprego formal no período de 1985 a 2002. Enquanto o estoque dos estabelecimentos industriais de até quatro empregados elevou-se 134,4% (5,1% a.a.) no período de 1985 a 2002, no mesmo período, o volume de postos de trabalho formais em estabelecimentos industriais com mil ou mais empregados caiu 43,4% (-3,3 %). É claro, contudo, que o termo “taxa de crescimento” é em algum grau impreciso, pois trata-se de comparações de estabelecimentos diferentes e, nesse sentido, seria incorreto usar tal termo. Contudo, tendo em vista a dificuldade ou até a impossibilidade de acompanhamento dos mesmos estabelecimentos ao longo do tempo, além do surgimento de novas empresas, este trabalho usará o termo “taxa de crescimento” para o estoque de estabelecimentos com determinado porte, deixando claro, porém, que não se tratam dos mesmos estabelecimentos, mas sim do crescimento do estoque de estabelecimentos com determinado porte.

Enquanto ao estoque de emprego formal para estabelecimentos industriais de até quatro empregados foram acrescentados cerca de 186 mil postos de trabalho, no outro extremo, para estabelecimentos com mil ou mais empregados, o estoque recuou em 764 mil empregos formais. A participação dos estabelecimentos industriais com mil ou mais empregados no total de emprego formal da indústria caiu de 27% em 1985 para 14,8% em 2002.

Na realidade, o estoque de emprego formal apresentou incremento no período de 1985 a 2002 para estabelecimentos com até 249 empregados; e, para estabelecimentos com estoque de 250 ou mais empregados, houve retração do número de postos de trabalho formais, conforme se pode ver na tabela 13.

Na realidade, para o conjunto de estabelecimentos com até 249 empregados, houve incremento do estoque de emprego formal de 1,373 milhão de empregos, enquanto para estabelecimentos acima desse porte, houve recuo do volume de emprego formal de 1,145 milhão de postos formais. A participação dos estabelecimentos com até 249 empregados no total de emprego na indústria cresceu de 44,1% em 1985 para 63% em 2002, enquanto para a mesma participação para estabelecimentos com 250 ou mais empregados caiu, no mesmo período, de 55,9% para 37%.

Todos esses dados dão fortes indícios de que não apenas a retração do emprego na indústria foi fortemente localizada na indústria de transformação do Sudeste, como também foi concentrada em estabelecimentos de grande porte, com um desempenho muito melhor das micro e pequenas empresas industriais. Provavelmente, a retração do emprego nos grandes estabelecimentos industriais deve ser reflexo, em algum grau, do processo de reestruturação produtiva das empresas, que envolveu, entre outros processos, intensa terceirização.

TABELA 13

Estoque de emprego formal na indústria desagregada por porte, 1985-2002

Porte do estabelecimento	2002	1985	Variação em %	Variação média anual em %	Part. 2002	Part. 1985
Até 4	324.249	138.327	134,4	5,1	4,8	2,1
De 5 a 9	429.855	201.682	113,1	4,6	6,4	3,1
De 10 a 19	636.400	320.224	98,7	4,1	9,4	4,9
De 20 a 49	990.998	606.893	63,3	2,9	14,7	9,3
De 50 a 99	809.512	584.589	38,5	1,9	12,0	9,0
De 100 a 249	1.059.097	1.025.150	3,3	0,2	15,7	15,7
De 250 a 499	820.304	969.488	-15,4	-1,0	12,2	14,9
De 500 a 999	680.556	912.531	-25,4	-1,7	10,1	14,0
1.000 ou mais	998.320	1.763.033	-43,4	-3,3	14,8	27,0
Total	6.749.291	6.521.917	3,5	0,2	100,0	100,0

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

A desagregação do emprego formal no setor de serviços (inclusive comércio, mas sem administração pública), por porte de estabelecimento, demonstra um comportamento diferente do setor em relação à indústria. Conforme pode ser visto na tabela 14, todos os portes de estabelecimentos, sejam micro, pequeno, médio ou grande apresentaram incremento do estoque de emprego formal no período de 1985 a 2002. Contudo, as maiores taxas de crescimento do estoque ocorreram para aqueles estabelecimentos com até 19 empregados, e a menor taxa de crescimento foi para o estoque de estabelecimentos com mil ou mais empregados. Enquanto o estoque de emprego formal de estabelecimentos com até quatro empregados cresceu 149,8% (5,5% a.a.) no período de 1985 a 2002, tal estoque para estabelecimentos com mil ou mais empregados teve alta de 11,3% (0,6% a.a.) no mesmo período.

A participação dos estabelecimentos de serviços com até 99 empregados no estoque total de emprego do setor de serviços cresceu de 55,5% em 1985 para 65% em 2002, enquanto os estabelecimentos de cem ou mais empregados tiveram sua participação reduzida de 44,5% para 35%.

Dos 5,3 milhões de empregos formais que foram adicionados ao estoque do setor de serviços no período de 1985 a 2002, cerca de 4,3 milhões estão localizados em estabelecimentos com até 99 empregados e 1 milhão em estabelecimentos com cem

ou mais empregados. Portanto, 80% do incremento do estoque de emprego formal no setor de serviços no período de 1985 a 2002 estão localizados em estabelecimentos com até 99 empregados.

TABELA 14

Estoque de emprego formal no setor de serviços desagregado por porte, 1985-2002

Porte do estabelecimento	2002	1985	Variação em %	Variação média anual em %	Part. 2002	Part. 1985
Até 4	2.033.217	813.843	149,8	5,5	14,5	9,4
De 5 a 9	1.814.310	772.252	134,9	5,2	13,0	8,9
De 10 a 19	1.831.157	882.967	107,4	4,4	13,1	10,2
De 20 a 49	2.089.703	1.326.761	57,5	2,7	14,9	15,3
De 50 a 99	1.338.131	1.012.677	32,1	1,7	9,6	11,7
De 100 a 249	1.504.387	1.197.102	25,7	1,4	10,7	13,8
De 250 a 499	1.089.062	796.599	36,7	1,9	7,8	9,2
De 500 a 999	957.924	655.366	46,2	2,3	6,8	7,6
1.000 ou mais	1.351.194	1.213.689	11,3	0,6	9,6	14,0
Total	14.009.085	8.671.256	61,6	2,9	100,0	100,0

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

Cabe destacar que o trabalho foi feito por estabelecimentos e não por empresas, o que certamente é uma limitação, mas o principal problema é que, na realidade, não foram acompanhadas, rigorosamente ao longo do tempo, nem as mesmas empresas nem os mesmos estabelecimentos. Um determinado estabelecimento ou uma determinada empresa pode estar em duas faixas diferentes de porte na comparação de 1985 a 2002, assim como pode haver estabelecimentos ou empresas que não existiam em 1985 e foram computados em 2002, assim como estabelecimentos ou empresas que existiam em 1985 e não existiam mais em 2002. Apesar dessas limitações, os dados dão fortes indícios de que, tanto no setor de serviços quanto na indústria, as micro e pequenas empresas tiveram desempenho do emprego formal superior ao demonstrado pelas médias e grandes empresas. É claro, contudo, que a menor base de comparação também favorece o maior incremento do estoque de emprego formal das micro e pequenas empresas em relação às médias e grandes, assim como o surgimento de novas firmas tende a elevar o estoque das primeiras e não das últimas. Entretanto, este último fator é compensado pela maior mortalidade das micro e pequenas empresas.

2.10 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR DE ATIVIDADE VERSUS PORTE VERSUS REGIÃO (RAIS 1985-2002)

Outra importante análise é o cruzamento porte *versus* setor de atividade *versus* região. Conforme se observa na tabela 15, o processo de retração do emprego nos estabelecimentos industriais de grande porte aconteceu em todas as regiões do país, mas foi muito mais acentuado na região Sudeste, na qual tal processo parece ter atingido os estabelecimentos de porte médio, diferentemente das outras regiões. No Sudeste, a retração do estoque do emprego formal para o período de 1985 a 2002 é observada a partir de estabelecimentos com cem ou mais empregados, enquanto nas regiões Nordeste e Sul esse processo inicia-se para estabelecimentos com 250 ou mais empregados, na região Norte, a partir de estabelecimentos com quinhentos ou mais empregados, e no Centro-Oeste, apenas para estabelecimentos com mil ou mais empregados.

Também para todas as regiões nota-se que, em geral, os estabelecimentos industriais de menor porte foram aqueles que tiveram o maior incremento no estoque de emprego formal no período em análise.

TABELA 15

Varição do estoque de emprego formal na indústria por região, 1985-2002

(Em %)

Porte do estabelecimento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Até 4	248,2	213,3	96,3	176,2	191,5	134,4
De 5 a 9	168,9	166,2	81,7	152,3	200,3	113,1
De 10 a 19	161,2	157,1	70,4	126,5	210,2	98,7
De 20 a 49	141,0	114,7	37,2	91,1	183,3	63,3
De 50 a 99	136,5	76,6	17,9	56,3	154,1	38,5
De 100 a 249	45,4	36,9	-14,3	27,5	111,7	3,3
De 250 a 499	24,0	-10,2	-24,1	-1,2	9,9	-15,4
De 500 a 999	-10,4	-44,7	-31,9	-8,6	215,9	-25,4
1.000 ou mais	-61,5	-11,2	-58,6	-8,2	-3,1	-43,4
Total	30,4	19,7	-13,7	34,3	99,5	3,5

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

Em termos de variação absoluta, nota-se que a eliminação de empregos formais na indústria, de 1985 a 2002, esteve fortemente concentrada nos estabelecimentos de grande porte da região Sudeste. Conforme a tabela 16, o estoque de emprego formal na indústria registrou queda de 765 mil postos de trabalho para estabelecimentos com mil ou mais empregados, sendo que, desse total, 684 mil foram nessa região, ou seja, 90% do total. Considerando os estabelecimentos industriais no Sudeste com mais de cem empregados, foi observada retração do estoque de emprego formal de 1,1 milhão de postos de trabalho no período. O estoque dos estabelecimentos industriais da região Sudeste com cem ou mais empregados caiu de cerca de 3 milhões em 1985 para aproximadamente 1,9 milhão em 2002.

TABELA 16

Varição absoluta do estoque de emprego formal na indústria por região, 1985-2002

Porte do estabelecimento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Até 4	6.349	28.197	79.146	59.016	13.214	185.922
De 5 a 9	8.076	33.377	100.501	68.299	17.920	228.173
De 10 a 19	13.704	47.039	140.454	87.875	27.104	316.176
De 20 a 49	22.018	66.937	144.337	113.409	37.404	384.105
De 50 a 99	20.349	44.559	67.333	66.669	26.013	224.923
De 100 a 249	13.553	35.728	-96.236	55.692	25.210	33.947
De 250 a 499	6.534	-11.876	-144.239	-2.430	2.827	-149.184
De 500 a 999	-3.492	-59.810	-178.279	-15.022	24.628	-231.975
1.000 ou mais	-30.394	-29.236	-684.024	-19.673	-1.386	-764.713
Total	56.697	154.915	-571.007	413.835	172.934	227.374

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

A forte retração do estoque de emprego formal nos estabelecimentos industriais de grande porte da região Sudeste deve-se, na verdade, em grande parte, ao comportamento da indústria de transformação na região. Conforme pode-se ver na tabela 17, apenas os estabelecimentos industriais de mil ou mais empregados nessa região, na indústria de transformação, tiveram seu estoque reduzido de 921 mil em 1985 para

352 mil em 2002, queda de 61,7% e redução do estoque de emprego formal direto de 568 mil postos de trabalho. Quando se consideram os estabelecimentos industriais do Sudeste na indústria de transformação, observa-se redução do estoque do emprego formal de cerca de 1 milhão de postos de trabalho. Tal estoque caiu de 2,5 milhões em 1985 para 1,5 milhão em 2002 – esses dados deixam claro que aparentemente o grande vilão do emprego formal no Brasil no período de 1985 a 2002 foram os grandes e médios estabelecimentos da indústria de transformação da região Sudeste, na qual se observou redução do estoque de emprego formal de 1 milhão de postos. O resultado deve ser colocado como aparente, pois parte dos empregos diretos eliminados pode ter sido, na realidade, apenas deslocada pela terceirização para outros estabelecimentos. De qualquer forma, há razões para acreditar que o comportamento do emprego formal na indústria de transformação do Sudeste foi um dos principais fatores a prejudicar o desempenho da geração de postos de trabalhos formais no período de 1985 a 2002 no Brasil.

TABELA 17

Estoque de emprego formal na região Sudeste na indústria de transformação – desagregado por porte de estabelecimento, 1985-2002

Porte do estabelecimento	2002	1985	Varição em %	Varição absoluta
Até 4	114.726	69.744	64,5	44.982
De 5 a 9	169.711	107.143	58,4	62.568
De 10 a 19	264.822	173.309	52,8	91.513
De 20 a 49	411.340	335.205	22,7	76.135
De 50 a 99	343.105	318.546	7,7	24.559
De 100 a 249	450.836	564.979	-20,2	-114.143
De 250 a 499	367.972	504.087	-27,0	-136.115
De 500 a 999	304.273	469.420	-35,2	-165.147
1.000 ou mais	352.180	920.614	-61,7	-568.434
Total	2.778.965	3.463.047	-19,8	-684.082

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002.

Elaboração do autor.

2.11 GRAU DE DIFICULDADE DE INSERÇÃO DOS TRABALHADORES NO MERCADO FORMAL

O fraco desempenho da indústria de transformação contribui para a maior dificuldade de acesso ao emprego formal por parte da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira. Como se vê na tabela 18, a razão estoque de PEA/estoque de emprego formal cresceu de 2,69 em 1985 para 2,99 em 2002. Portanto, havia 1 emprego formal para cada 2,7 trabalhadores brasileiros em 1985, e em 2002 havia 1 para cada 3 trabalhadores. Contudo, o comportamento não foi homogêneo entre as regiões, havendo piora no Norte, no Sul e no Sudeste; estabilidade no Nordeste e melhora no Centro-Oeste.

Na realidade, contudo, o grau de dificuldade para se conseguir um emprego formal foi amenizado pelas chamadas contratações atípicas (por prazo determinado) e pelas contratações do setor público. Considerando apenas os postos com carteira de trabalho assinada por prazo indeterminado (celetistas), o quadro agravou-se ainda mais. Conforme a tabela 19, a razão PEA/estoque de celetistas cresceu de 3,16 em 1985 para 3,91 em 2002, ou seja, em 1985 havia, genericamente, três trabalhadores para cada emprego com carteira de trabalho assinada por prazo indeterminado, e em 2002

havia quatro trabalhadores para cada celetista. Neste caso, houve piora em todas as regiões, em especial no Norte, na qual a razão cresceu de 2,51 para 5,73. Entretanto, a maior dificuldade para se obter um emprego como celetista ocorre no Nordeste, onde em 2002 havia sete trabalhadores para cada emprego celetista.

TABELA 18

Relação PEA e estoque de emprego formal no Brasil, 1985 e 2002

Região	Estoque de emprego formal (a)		PEA (b)		(b) / (a)	
	1985	2002	1985	2002	1985	2002
Brasil	20.492.131	28.683.913	55.098.494	85.905.003	2,69	2,99
Norte	687.283	1.296.597	1.403.745	4.406.139	2,04	3,40
Nordeste	3.134.418	4.859.397	15.032.492	23.265.844	4,80	4,79
Sudeste	11.582.142	15.128.474	25.508.645	37.826.505	2,20	2,50
Sul	3.454.796	5.075.659	9.487.424	14.203.875	2,75	2,80
Centro-Oeste	1.186.117	2.323.786	3.666.188	6.202.640	3,09	2,67

Fonte: Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Foram utilizados os dados originais da Pnad 1985 (IBGE, 2004).

Elaboração do autor.

TABELA 19

Relação PEA e estoque de celetistas – Brasil, 1985-2002

Região	Estoque de emprego formal (a)		PEA (b)		(b) / (a)	
	1985	2002	1985	2002	1985	2002
Brasil	17.438.786	21.953.360	55.098.494	85.905.003	3,16	3,91
Norte	559.686	768.892	1.403.745	4.406.139	2,51	5,73
Nordeste	2.483.252	3.274.338	15.032.492	23.265.844	6,05	7,11
Sudeste	10.060.125	12.232.324	25.508.645	37.826.505	2,54	3,09
Sul	3.044.313	4.176.563	9.487.424	14.203.875	3,12	3,40
Centro-Oeste	912.057	1.501.243	3.666.188	6.202.640	4,02	4,13

Fonte Relação Anual das Informações Sociais (Rais), 1985 a 2002. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Foram utilizados os dados originais da Pnad 1985 (IBGE, 2004).

Elaboração do autor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou demonstrado, neste trabalho, que o emprego formal no Brasil apresentou importantes alterações no tocante à composição por tipos de contrato de trabalho, distribuição espacial, estrutura setorial e alocação nos diferentes portes de estabelecimento. Além disso, apesar do baixo ritmo de crescimento econômico no período de 1985 a 2002 (2,3% a.a.) relativamente ao ritmo prevalecente nas décadas de 1930 a 1970, o emprego formal cresceu à taxa de 2% a.a. no período aqui em análise. A política macroeconômica prevalecente de *stop and go*, em especial nos anos 1990, também prejudicou o desempenho do emprego formal, pois não permitiu a formação de expectativas de crescimento sustentado, tão fundamental para os empregadores realizarem contratações formais por prazo indeterminado. O estoque de emprego formal cresceu de 20,5 milhões em 1985 para 28,7 milhões em 2002, representando a geração de 8,2 milhões de postos de trabalho formais no período. Tal fato fortalece o diagnóstico de que a tendência crescente do desemprego no Brasil é resultado não da eliminação de postos de trabalho, mas sim da geração de empregos em ritmo insuficiente para absorver o incremento da População Economicamente Ativa (PEA).

Foi mostrado, ainda, que o crescimento econômico tem papel fundamental na geração de emprego formal, tendo em vista que se pode notar correlação entre o aumento do PIB real e o incremento do emprego formal, assim como que os setores e as regiões que tiveram o maior (menor) crescimento econômico foram os que tenderam a ter o maior (menor) incremento dos postos de trabalho formais. No período de 1985 a 2002, para cada incremento de 1% do PIB real, houve aumento de 0,87% do emprego formal.

Apesar do crescimento do emprego formal à taxa média anual de 2%, na realidade ficou mais difícil a inserção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho tendo em vista que a PEA cresceu em ritmo superior ao do emprego formal entre 1985 e 2002. Conseqüentemente, o grau de dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, medido pela razão PEA/estoque formal de emprego, cresceu, *grossa modo*, de 2,7 em 1985 para 3 em 2002. Portanto, havia 1 emprego formal para cada 2,7 trabalhadores em 1985 e, em 2002, havia 1 para cada 3 trabalhadores.

No tocante à composição do emprego formal por tipo de contrato de trabalho, nota-se que, apesar do incremento dos postos de trabalho de 2% a.a. no período em questão, esse crescimento foi puxado principalmente por contratos temporários (9,07% a.a.), avulsos (2,84% a.a.) e por estatutários (6,41% a.a.), com os celetistas (1,36% a.a.) apresentando incremento inferior à média do emprego formal como um todo (2,0% a.a.). Dos 8,2 milhões de empregos formais gerados de 1985 a 2002, cerca de 4,1 milhões foram estatutários. Em 1985, os estatutários respondiam por 1 em cada 10 empregos formais e, em 2002, passaram a responder por 2 em cada 10 postos de trabalho formais. Tais dados tornam o quadro do emprego formal menos auspicioso ao mostrar que o desempenho da geração de postos de trabalho foi favorecido pelas contratações governamentais, enquanto no setor privado cresceram as contratações mais precárias, como contrato temporário e avulso, em detrimento do contrato de trabalho por prazo determinado. De qualquer forma, os celetistas ainda respondem por três quartos do estoque de emprego formal no Brasil.

Medindo a dificuldade de inserção dos trabalhadores no mercado formal de trabalho pela razão PEA/estoque de celetistas, observa-se uma piora mais acentuada para obtenção de emprego formal pelos trabalhadores brasileiros, tendo em vista que a referida razão passou, *grossa modo*, de três em 1985 para quatro em 2002. Portanto, em 1985 havia, de certa forma, três trabalhadores para cada posto de trabalho celetista e, em 2002, havia quatro trabalhadores para cada posto de trabalho com carteira de trabalho assinada por prazo indeterminado. Na região Nordeste, em 2002, havia sete trabalhadores para cada posto de trabalho celetista. Os dados deixam clara a grande dificuldade de inserção do trabalhador brasileiro no mercado formal de trabalho por meio de carteira de trabalho assinada por prazo indeterminado, e que essa dificuldade aumentou no período de 1985 a 2002, tendo em vista que os empregos celetistas cresceram menos que a PEA.

No tocante à distribuição espacial do emprego formal houve ligeira desconcentração nas regiões Sudeste e nas Regiões Metropolitanas, que apresentaram as menores taxas de crescimento, enquanto as regiões menos desenvolvidas, mais especificamente Centro-Oeste, Norte e Nordeste, nesta ordem, foram aquelas que apresentaram as maiores taxas de incremento dos postos de trabalho formais de 1985 a 2002. Apesar dessa ligeira desconcentração espacial, a região Sudeste ainda respondia em 2002 por mais da metade do

emprego formal no Brasil (52,74%), sendo aquela onde foram criados 4 em cada 10 postos de trabalho formais gerados no período. As Regiões Metropolitanas responderam por 41,89% do total de empregos com carteira de trabalho assinada no Brasil em 2002.

Do ponto de vista setorial, foi observada a estagnação do emprego formal na indústria no período de 1985 a 2002, tendo em vista o crescimento médio anual de apenas 0,2% a.a. Como consequência, a indústria, que respondia por um terço do emprego formal em 1985, passou a representar apenas um quarto dos postos de trabalho formais em 2002. O setor que apresentou maior incremento nesse período foi a agropecuária (7,49% a.a.), até como reflexo do seu baixo estoque inicial, e, por isso mesmo, só gerou 800 mil empregos formais de 1985 a 2002. Os setores de serviços (2,86% a.a.) e a administração pública direta e autárquica (2,59% a.a.) também tiveram bom desempenho na geração de empregos no período de 1985 a 2002. Aliás, tendo em vista o fato de que esses dois setores tinham estoque elevado de empregado formal, ambos responderam por 95% dos postos de trabalho formais gerados no período de 1985 a 2002. A administração pública direta e autárquica e o setor de serviços tinham, respectivamente, 23,66% e 48,84% do emprego formal no Brasil em 2002, sendo o último o maior empregador.

Vale registrar que o setor de serviços concentrou fortemente, de 1985 a 2002, o incremento do estoque de celetistas, mas também o de trabalhadores temporários. A administração pública apresentou redução de 70% dos celetistas, tendo em vista a incorporação de cerca de 4 milhões de estatutários.

Na indústria, poucos setores tiveram incremento do estoque de celetistas no período de 1985 a 2002, com destaque para a indústria alimentícia e a construção civil, que passaram a ser os mais importantes empregadores e a responder por um terço do estoque de emprego formal do setor secundário em 2002.

Quando se considera o emprego por porte de estabelecimento, nota-se que, de modo geral, os estabelecimentos de menor porte tiveram um desempenho do emprego formal muito superior ao dos médios (principalmente aos dos grandes) estabelecimentos industriais. Apesar de o trabalho com estabelecimentos ter algumas limitações – em especial porque não se trabalhou com empresas, mas também porque não são considerados os mesmos estabelecimentos nas comparações ao longo do tempo (além do problema do surgimento e da extinção de vários estabelecimentos) –, os dados dão indícios de que efetivamente as micro e pequenas empresas tiveram expressivas taxas de crescimento do emprego formal, com desempenho bem superior ao das médias e grandes empresas, em especial os grandes estabelecimentos ou as grandes empresas, em que a tendência foi de baixo crescimento ou mesmo de retração do estoque de emprego formal no caso da indústria.

Esse resultado é importante, pois indica que não apenas ficou mais difícil para os trabalhadores brasileiros serem inseridos no mercado formal de trabalho, em especial no setor privado, como também ficou menos provável que essa inserção ocorra em médias e grandes empresas e mais provável que esta se dê em firmas de pequeno porte. Se por um lado o bom desempenho do emprego formal nas micro e pequenas empresas é positivo, por outro, a maior participação de tais empresas no estoque total de emprego formal cria preocupações em relação à qualidade dos postos de trabalho,

tendo em vista que, em geral, as condições de trabalho são piores nas empresas de menor porte em relação às de grande porte.

No tocante ao emprego formal na indústria de transformação, nota-se expressiva queda nas regiões Sudeste e nas Regiões Metropolitanas, com forte incremento nas regiões Norte e Centro-Oeste, com base nos dados do Caged para o período de 1992 a 2003. Esses dados indicam possível deslocamento de parcela do setor industrial, provavelmente setores intensivos em trabalho, para regiões com menor custo de mão-de-obra, afastando-se das regiões mais desenvolvidas, em especial das RMs. Nota-se a tendência natural de que cada vez mais estas últimas especializem-se na área de serviços e sejam menos dedicadas ao setor secundário. Nos setores de serviços e comércio, houve incremento do emprego formal em todas as regiões e nas áreas metropolitanas no mesmo período, com base nos dados do Caged.

Quando são desagregados por região os dados de emprego formal na indústria para o período de 1985 a 2002, com base nos dados da Rais, nota-se que a estagnação do emprego formal na indústria é um fenômeno localizado na região Sudeste. Enquanto todas as demais regiões tiveram crescimento do emprego formal nesse período, com a criação de 800 mil postos de trabalho formais, na indústria da região Sudeste, no mesmo período, houve eliminação de cerca de 570 mil postos de trabalho. Portanto, o fraco desempenho do emprego na indústria no Brasil deve-se, principalmente, à retração do emprego na indústria de transformação da região Sudeste, que anulou o incremento do emprego industrial das outras regiões. Houve queda do emprego formal na indústria extrativa em todas as regiões, exceto no Nordeste, mas o volume absoluto da queda foi pequeno. A construção civil apresentou incremento do estoque do emprego formal em todas as regiões entre 1985 e 2002.

Nos setores de serviços e agropecuária, houve incremento do estoque de emprego formal para todas as regiões no mesmo período, conforme os dados da Rais. Contudo, em geral, as maiores taxas de crescimento ocorreram nas regiões menos desenvolvidas: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na agropecuária, a região que teve maior incremento do emprego formal foi o Centro-Oeste, provavelmente estimulado pelo *agrobusiness* e, em especial, pela soja. Apesar desses resultados, a região Sudeste, tendo em vista o tamanho do estoque inicial de emprego formal, é aquela em que houve a maior geração absoluta de empregos formais, tanto na área de serviços quanto na área agropecuária. Na realidade, genericamente, cerca de metade dos empregos formais gerados na área de serviços e na área de agropecuária foi criada na região Sudeste, a qual respondia, em 2002, por parcela expressiva do total de estoque de emprego formal, tanto no setor terciário (53,2%) quanto no primário (48%).

Quando se considera o emprego desagregado por porte de estabelecimento na indústria e por região, fica claro que o fraco desempenho da ocupação formal na indústria também decorre da expressiva retração do estoque de emprego formal nos grandes estabelecimentos industriais, em todas as regiões, mas principalmente na expressiva retração da ocupação formal dos estabelecimentos de médio e grande porte industriais da região Sudeste, em especial da indústria de transformação.

Considerando os estabelecimentos industriais na região Sudeste com mais de cem empregados, foi observada retração do estoque de emprego formal de 1,1 milhão de postos de trabalho no período de 1985 a 2002. O estoque de emprego formal dos

estabelecimentos industriais da região com cem ou mais empregados caiu de cerca de 3 milhões em 1985 para aproximadamente 1,9 milhão em 2002.

Os estabelecimentos industriais de mil ou mais empregados na região Sudeste, na indústria de transformação, tiveram seu estoque reduzido de 921 mil em 1985 para 352 mil em 2002, queda de 61,7% e redução do estoque de emprego formal direto de 568 mil postos de trabalho. Quando se consideram os estabelecimentos industriais com cem ou mais empregados da região Sudeste na indústria de transformação, observa-se redução do estoque do emprego formal de cerca de 1 milhão de postos de trabalho formais. O estoque caiu de 2,5 milhões em 1985 para 1,5 milhão em 2002. Esses dados deixam claro que um aparentemente grande vilão do emprego formal no Brasil no período de 1985 a 2002 foram os grandes e médios estabelecimentos da indústria de transformação da região Sudeste, na qual se observou redução do estoque de emprego formal de 1 milhão de postos.

É claro, contudo, que parte dessa aparente destruição de postos de trabalho formais decorre da terceirização e, nesse sentido, os empregos não foram eliminados, mas apenas deslocados para estabelecimentos menores e/ou para outros setores. Contudo, muito provavelmente houve eliminação de postos de trabalho na indústria de transformação da região Sudeste como resultado do processo de reestruturação produtiva do setor perante as mudanças ocorridas na economia brasileira na década de 1990.

Todas as observações feitas até este ponto possibilitam importantes subsídios para as políticas públicas de geração de emprego e renda. O crescimento econômico efetivamente é uma variável fundamental para a criação de postos de trabalho formais. Do ponto de vista das empresas, dos setores e das regiões prioritárias para investimentos geradores de emprego e renda, é necessário considerar os seguintes fatores: tamanho do estoque de emprego formal, dinamismo econômico e relação entre crescimento e emprego formal.

Sob o aspecto do dinamismo econômico, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste seriam as prioritárias para políticas públicas de geração de emprego e renda, tendo em vista que foram aquelas que apresentaram a maior taxa de crescimento de 1985 a 2002. Nesse sentido, as políticas regionais ganhariam destaque no âmbito da geração de emprego e renda. Contudo, as regiões Norte e Centro-Oeste, pelo fato de possuírem pequena participação no estoque total de emprego formal, acabaram por ser as regiões que geraram menos postos de trabalho formais em termos absolutos.

Quando se considera a questão do tamanho do estoque do emprego formal, fica claro que a região Sudeste, que responde por mais da metade do estoque, é uma área fundamental para as políticas públicas de geração de emprego e renda. Essa região, mesmo tendo tido o menor ritmo de crescimento econômico e uma baixa relação crescimento do emprego formal/crescimento do PIB real, foi responsável por 43,29% dos postos de trabalho formais gerados no período de 1985 a 2002.

Cabe destacar também a região Nordeste, com cerca de 17% do estoque de emprego formal do país, a qual apresentou a melhor relação entre variação do emprego/variação do PIB real e foi a segunda região que mais gerou postos de trabalho formais em termos absolutos no mesmo período.

Portanto, do ponto de vista espacial, fica claro que, embora racionalmente haja motivos para dar prioridade às regiões Centro-Oeste e Norte na geração de emprego, em razão do maior dinamismo econômico destas regiões, a região Sudeste e as Regiões Metropolitanas são fundamentais pela sua importância no estoque total de emprego formal. Especificamente em relação às RMs, contudo, fica claro que são contraproducentes estímulos à geração de emprego na indústria nessas áreas, sendo que os esforços devem se concentrar nos setores de serviços, tendo em vista a tendência natural de as regiões serem cada vez mais voltadas para o setor de serviços e cada vez menos para atividades industriais.

Do ponto de vista do porte dos estabelecimentos, tanto na indústria quanto no setor de serviços, houve indícios de que as micro e pequenas empresas tiveram desempenho do emprego formal melhor que as grandes empresas e, nesse sentido, seriam prioridade para a alocação de recursos para geração de emprego e renda. Contudo, duas ressalvas devem ser feitas: *i*) parte do incremento das micro e pequenas empresas pode ter ocorrido por demanda derivada da terceirização; e *ii*) em geral, os empregos criados nas micro e pequenas empresas é de pior qualidade que aqueles localizados nas grandes firmas e, em geral, as firmas de menor porte têm maior rotatividade da mão-de-obra e menor sustentabilidade temporal dos empregos criados.

Quanto ao aspecto setorial, também é necessário levar em consideração as três variáveis citadas anteriormente: dinamismo econômico, tamanho do estoque de emprego formal e relação incremento do emprego/crescimento do PIB real. Do ponto de vista exclusivamente do dinamismo econômico, o setor agropecuário seria prioridade na geração de emprego e renda, pelo fato de que foi o setor que mais cresceu – e o fez a taxas expressivas (7,49% a.a.), refletindo o avanço do *agrobusiness* e o incremento das exportações. Contudo, a agropecuária representa apenas 4% do estoque de emprego formal no Brasil e gerou apenas 800 mil postos de trabalho formais no período de 1985 a 2002. Esse fato mostra que a agropecuária, pelo menos diretamente, tem limitações para a geração de emprego formal em massa.

Quando se consideram todas as variáveis citadas, em especial o estoque de emprego, nota-se que o setor, pelo menos diretamente, com maior potencial de geração de emprego é o de serviços, que responde por cerca de 64% do estoque de emprego formal do país e respondeu por 84% dos postos de trabalho formais gerados de 1985 a 2002, quando se exclui a administração pública. Portanto, o setor de serviços, que teve incremento do emprego formal em todas as regiões, até mesmo nas áreas metropolitanas, deve ser o ramo prioritário no âmbito das políticas públicas de geração de emprego e renda, isso porque apresentou crescimento do emprego em todas as regiões e para todos os portes de estabelecimentos.

O setor industrial apresentou fraco desempenho tanto em termos de dinamismo econômico quanto de geração de emprego. Além disso, foi o setor que apresentou a pior relação variação do emprego/variação do PIB real, tendo em vista que para cada aumento do produto real de 1% ocorreu um incremento correspondente do emprego formal de apenas 0,1%. É claro, contudo, que esses dados estão influenciados pelo processo de reestruturação industrial pós-abertura comercial e, talvez, o fim desse processo melhore o comportamento do emprego formal na indústria. Todavia, de qualquer forma, o setor secundário já deixou de ser o carro-chefe na questão do emprego no

Brasil. Conforme mencionado anteriormente, caso ocorra apoio ao setor industrial, é importante que este seja seletivo e direcionado, prioritariamente, à indústria alimentícia e à construção civil, que respondem por um terço do emprego formal do setor secundário.

Entretanto, os dados mostraram que a retração do emprego no setor secundário deu-se, em grande parte, nos estabelecimentos industriais de médio e grande porte da indústria de transformação da região Sudeste, sendo que todas as demais regiões, assim como os estabelecimentos de micro e pequeno porte, tiveram incremento do emprego formal. Portanto, existem justificativas racionais para defender incentivos para geração de emprego e renda no setor industrial, mas em especial para os estabelecimentos de menor porte e para ramos industriais selecionados em determinadas regiões. Por fim, a atuação das políticas públicas na geração de emprego e renda na indústria precisa ser extremamente seletiva do ponto de vista espacial, do porte dos estabelecimentos e dos ramos de atividade.

Tais observações são relevantes para a política pública, pois os incentivos fiscais e tributários, o crédito subsidiado, assim como os benefícios advindos da guerra fiscal são muitas vezes direcionados de forma prioritária para o *agrobusiness* e a indústria, em detrimento do setor de serviços. Como exemplo, a atual mudança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que acabou com a cobrança em cascata, reduziu a carga tributária sobre a indústria, mas elevou o volume de impostos sobre o setor de serviços, fato que deve ter favorecido as exportações, mas pode ter prejudicado o emprego em termos líquidos.

Outro aspecto importante das conclusões extraídas do presente trabalho refere-se ao fato de que um processo de crescimento econômico como o atual, puxado pelas exportações agropecuárias e industriais, tende a ter impacto limitado sobre o emprego, pelo menos diretamente, pelas razões indicadas anteriormente. Para o melhor desempenho do emprego formal, é necessário não apenas que haja retomada do crescimento econômico sustentado, com taxas mais elevadas de incremento do PIB, mas também o aumento da renda das famílias e/ou o incremento da massa salarial real que deveriam ter papel essencial para estimular a demanda por serviços, da indústria alimentícia e da construção civil.⁶ O crescimento de 2,7% do PIB no primeiro trimestre de 2004 foi fortemente impulsionado pelas exportações (19,3%), com desempenho modesto do consumo das famílias (1,2%). Do ponto de vista setorial, o crescimento foi encimado pela agropecuária (6,4%) e pela indústria de transformação (6,0%), com desempenho bem pior do setor de serviços (1,2%) e da construção civil (-2,3%). Além disso, as pesquisas de emprego indicam insistentemente queda da renda real do trabalhador.

Por fim, a partir da análise realizada, são feitas considerações sobre as implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda. Em especial, mostra-se que um crescimento econômico concentrado nas exportações industriais e no *agrobusiness* tem impacto mais limitado sobre o emprego que um processo de incremento do PIB “implementado” pelo aumento da demanda interna, que se refletiria em maior impacto nos setores da construção civil, na indústria alimentícia e, principalmente, no setor de serviços.

6. O consumo das famílias caiu, respectivamente, 3%, 6%, 3,7% e 0,1%, nos quatro trimestres de 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)**, 1992 a 2003.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual das Informações Sociais (Rais)**, 1985 a 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais/Contas Regionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>, 2004.

EDITORIAL

Coordenação

Silvânia de Araujo Carvalho

Supervisão

Iranilde Rego

Revisão

Gisela Viana Avancini Rojas

Sarah Ribeiro Pontes

Allisson Pereira Souza (estagiário)

Constança de Almeida Lazzarin (estagiária)

Editoração

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51, 14º andar

20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765

Tiragem: 130 exemplares